

LIVROS QUE REGISTRAM MEMÓRIA: DIAGNÓSTICO DOS LIVROS DE REGISTRO DE VISITAS DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA (1979-2014)

Rose Elke Debiasi¹

Renilton Roberto da Silva Matos de Assis²
Fundação Catarinense de Cultura/FCC

Resumo: Este artigo pretende discutir a natureza, a legislação específica e a importância do acervo arquivístico na construção e preservação da memória institucional do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC). A motivação para essas reflexões encontra abrigo no diagnóstico dos livros de registro de visitas do MHSC (1979- 2014), desenvolvido no âmbito do estágio curricular do Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2015. As discussões e os dados aqui apresentados resultam da análise documental e da revisão bibliográfica, somadas as questões da empiria.

Palavras-chave: Acervo arquivístico. Livros de registro. Museu. Memória. Diagnóstico.

MEMORY REGISTERING BOOKS: DIAGNOSIS OF THE HISTORICAL MUSEUM OF SANTA CATARINA VISITOR LOG BOOKS (1979-2014)

Abstract: *This article aims to discuss the nature, the specific legislation and the importance of the archivist collection into the construction and preservation of the institutional memory of the Historical Museum of Santa Catarina (sigla). The motivation for these reflections resulted from the HMSC visitor log books diagnosis, (1979-2014), carried out within the Federal University of Santa Catarina Museology Course curricular internship in 2015. The discussions and data presented here result from the documentary analysis and the bibliographic review, together with empirical issues.*

Keywords: *Archival collection. Log books. Museum. Memory. Diagnosis.*

¹ Historiadora e museóloga formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Memória e Educação (PAMEDUC), da UFSC. Endereço eletrônico: elkedebiasi@gmail.com.

² Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Museólogo pela Universidade Federal da Bahia. Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Servidor público da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), cargo: museólogo, atualmente como coordenador do Sistema Estadual de Museus – SEM/SC. Endereço profissional: Av. Governador Irineu Bornhausen, 5600 Agronômica – Florianópolis (SC). Contato telefônico (48) 3664-2606 e contato eletrônico: rrbtsilva@gmail.com.

LIVROS QUE REGISTRAM MEMÓRIA: DIAGNÓSTICO DOS LIVROS DE REGISTRO DE VISITAS DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA (1979-2014)

Introdução

Este artigo busca refletir sobre o papel do acervo arquivístico na construção e preservação da memória institucional do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) a partir do diagnóstico realizado em seus livros de registro de visitas, entre os anos de 1979 a 2014. O diagnóstico, resultado do estágio obrigatório do Curso de Museologia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aconteceu no primeiro semestre de 2015. Além das informações levantadas no diagnóstico, utilizamos a legislação e outras fontes documentais, como o *Plano Museológico* e o *Regimento Interno do Museu Histórico de Santa Catarina* (2015) e o *Relatório final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina* (1977), para a elaboração deste artigo. Contamos, ainda, com o uso de bibliografia especializada e com as reflexões desenvolvidas junto ao o corpo técnico do museu.

Antes de avançarmos na apresentação e problematização do diagnóstico, acreditamos ser importante apresentar uma breve contextualização do MHSC e do contexto de sua criação.

Em Santa Catarina, na segunda metade da década de 1970, observa-se algumas ações no campo do patrimônio cultural, entre elas, a criação do Museu Histórico de Santa Catarina no ano 1978. No ano seguinte, foram criados o Museu Etnográfico Casa dos Açores, no município de Biguaçu (SC), e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), órgão do Poder Executivo Estadual, responsável por diferentes ações no âmbito das artes e da preservação dos bens culturais, assim como a gestão de diferentes equipamentos culturais, dentre eles o Centro Integrado de Cultural (CIC).

O MHSC, vinculado à FCC, foi criado pela Lei Estadual nº 5.476, de 4 de outubro de 1978, durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis. Inaugurado em 2 de março de 1979, na Casa da Alfândega, em Florianópolis, funcionou naquele prédio até 1986, ano em que foi transferido para a atual sede, o Palácio Cruz e Sousa – localizado na região central da cidade, em frente à Praça XV de novembro, espaço da capital catarinense marcado por diferentes manifestações sociais e culturais.

O museu, de acordo com o *Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina*⁵, de 1977, foi criado com o propósito de preservar a história política de Santa Catarina. Dentre as justificativas para a localização geográfica da instituição museológica, fica evidente a estreita relação com o papel desempenhado pela capital catarinense, Florianópolis, como centro político do estado.

Assim, nenhum outro local, mais apropriado para se fixar como centro da memória política de Santa Catarina, do que a cidade de Florianópolis. Especialização a ser desempenhada pelo seu Museu Histórico, abrindo-se, oportunidade para que outras regiões guardem para si o privilégio de, a qualquer tempo, criarem instituições que se dediquem a preservar e estudar nossa história Econômica ou nossa História Social⁶.

Definida a temática da instituição, criou-se a expectativa em torno da aquisição do acervo, o qual deveria estar em consonância com as necessidades do museu nascente. No levantamento inicial⁷ foi identificado a aquisição de uma série de objetos ligados à personalidades catarinenses, principalmente de ex-governadores, a saber: retratos, diplomas, ofícios, fotografias, medalhas, mobiliários etc.

No contexto atual, devido a recente elaboração do Plano Museológico da instituição⁸, foram criados dois instrumentos normativos, fundamentais para o funcionamento da instituição, o Regimento Interno e a Política de Aquisição e Descartes de Acervos, ambos em 2015. Nesse processo de discussão sobre o propósito do museu e sua forma de atuação também é redefinida a sua missão. Se antes, o MHSC estava voltado essencialmente para história política; agora, a intenção de contribuir de forma ampliada com a construção história de Santa Catarina.

Especificamente sobre o acervo arquivístico, os documentos possuem inúmeros formatos e suportes. São definidos pela origem, pela forma e pela função que ocupam dentro da instituição. A conservação desse material, de natureza

⁵ SANTA CATARINA. Relatório final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, 1977.

⁶ *Ibid.*, p. 6-7.

⁷ Estas informações foram divulgadas na Folha de São Paulo, com o título “Acervo eleitoral”, no ano de 1981. São apresentadas e discutidas no Plano Museológico do MHSC, 2015, p. 44.

⁸ O documento elaborado por uma equipe multidisciplinar apresenta um planejamento para o período de 2015 a 2018.

arquivística, alinha-se com os propósitos definidos ao longo da construção do Plano Museológico e da Política de Aquisição e Descartes de Acervos, e com os objetivos de reconhecimento e valorização da memória institucional do MHSC. Esse debate contribui sobremaneira para a redefinição das categorias que compõe seu acervo. A categoria “acervo arquivístico”, por exemplo, foi inserida pela primeira vez em uma normativa da instituição, no artigo 22, do Regimento Interno do MHSC no ano de 2015. Essa menção reflete a atual preocupação da instituição em normatizar a preservação das diferentes tipologias de bens culturais sob a sua responsabilidade.

A dimensão legal da preservação dos acervos arquivísticos

Embora não se pretenda generalizar, sabe-se que é prática comum às instituições museológicas no Brasil valorizarem os bens culturais de caráter museológico que, em sua maioria, são adquiridos pelos seus valores artísticos e históricos. Em museus de história, os bens museológicos quase sempre são compostos por uma variedade de peças que retratam personagens "consagrados" pela história oficial, devido a suas atuações políticas e/ou militares. Também é lugar comum encontrarmos em evidência acervos relacionado a famílias proeminentes da sociedade, ou objetos vinculados à oficialidade.

Contudo, os museus dificilmente abrigam somente bens museológicos. Para além destes, sem o mesmo "*glamour*", existe uma série de documentos que ficam "marginalizados" e/ou escondidos em gavetas, armários, guardando verdadeiros "tesouros". São documentos que podem, eventualmente, conter informações que auxiliam no entendimento da trajetória da instituição, suas opções e transformações. Questionamentos – tais como: Quais interesses políticos e culturais encontram-se vinculados à trajetória do museu? Qual tipo de público visitou o espaço? Quais exposições foram organizadas? Quais eventos foram os mais recorrentes? – são indagações que podem ser feitas, discutidas e rediscutidas a partir das fontes documentais armazenadas em instituições museais. Tais documentos somados a outras fontes históricas permitem construir uma narrativa sobre a história de uma instituição museológica.

Importante ressaltar que adotamos a concepção de documento/monumento utilizada por Jacques Le Goff que, parafraseando Colette Muraille-Samaran, afirma: “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito,

ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, ou de qualquer outra maneira”⁹. Não obstante, devemos ponderar que existem variados motivos que levam ao aparente desprezo dos documentos em instituições museológicas, dentre eles a insuficiência de recursos financeiros e de corpo técnico com qualificação necessária para estudá-los, gerenciá-los e conservá-los adequadamente.

Os dados divulgados em 2011, pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), na publicação *Museus em números* demonstram a discrepância entre a natureza museológica e arquivística de acervos no contexto nacional. Na época, 67,5% dos acervos eram de História, 53,4% de Artes Visuais e 48,2% de Imagem e Som, enquanto os bens culturais com caráter arquivístico representavam apenas 0,9%.¹⁰ Destarte, quando se trata de Santa Catarina, os dados apresentam maior distorção. Segundo a publicação já mencionada, 76,7% dos acervos de História, 53,8% de Imagem e Som e 53,4% de Artes Visuais, ao passo que os de natureza arquivística constituíam 0,0%.¹¹ Isso revela a inexistência desta categoria de acervo? Ou na época ainda não havia interesse com relação à presença de documentos que fossem vistos como fundamentais para a memória institucional?

Sem a pretensão de esgotar a questão, gostaríamos de pontuar alguns aspectos que possam auxiliar na compreensão do desprestígio das fontes arquivísticas. Primeiramente, cabe dizer que os dados apresentados são obtidos a partir do Cadastro Nacional de Museus (CNM); as informações são autodeclaráveis, e coletadas por meio do preenchimento de formulários pelas instituições museológicas, portanto suscetíveis de imprecisões e equívocos. Todavia, não questionamos a discrepância de números entre os bens de caráter museológico e arquivístico, mas o baixo número dos bens de caráter arquivístico é o que mais suscita indagações nesse levantamento. Chamamos atenção, também, que a falta de interesse em preservar documentos (ofícios, cartas, comunicações internas, projetos de exposições, livros de registro de visitação etc.), possa derivar da carência de profissionais habilitados para a tarefa, como mencionamos anteriormente, assim como da ausência de uma política de acervo nas instituições.

Por outro lado, de modo recente, o olhar sobre esses documentos vem despertando interesse e preocupação em relação à política de preservação. No

⁹ MURAILLE-SAMARAN, 1961 apud LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 490.

¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, **Museus em números**. Brasília, DF, 2011. v. 1. p. 75-76.

¹¹ *Ibid.*, v. 2. p. 530.

Brasil, com o advento do Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/09) e com o Decreto nº 8.124/13, medidas são determinadas para a profissionalização dos museus e, por conseguinte, qualificação da sua atuação na sociedade.

Considera-se pela Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014, do Ibram, como bens culturais de natureza arquivística,

IV - Os bens culturais de caráter arquivístico, assim considerados os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades específicas, independente da natureza dos documentos e suporte da informação, com valor histórico-cultural, probatório, informativo e legal que justifique sua guarda permanente e estejam enquadrados nos seguintes critérios: [...].¹²

A definição acima, constante no inciso IV, art. 3º, é complementada pela alínea “c”, por se tratar de um acervo produzido pelo museu e para o museu.

c) fundos ou arquivos institucionais, assim considerados os conjuntos de documentos produzidos e acumulados no exercício das atividades meio e fim do museu, de valor probatório, legal, testemunhal e histórico-cultural de guarda permanente que passaram pela gestão documental.¹³

Esse tipo de texto legal pode atuar no sentido de produzir uma mudança de postura em relação à preservação dos documentos que contribuam para o(s) registro(s) de memória(s) das instituições museais. No entanto, sem o devido entendimento institucional com base em uma política de acervo, a manutenção desses documentos pode provocar um conflito entre o preservar e o descartar. A seguinte indagação pode emergir como principal dúvida: o que se considera documento meramente burocrático e quais documentos efetivamente contribuem para a construção da memória da instituição?

Com a definição do que deve preservar, a instituição põe em andamento o processo de musealização, no qual documentos tidos como burocráticos passam a

¹² BRASIL. Ministério da Cultura. **Resolução Normativa nº 2**, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1º set. 2014. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2014/Set/1/resolucao-normativa-no-2-de-29-de-agosto-de-2014>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

¹³ *Ibid.*

ter um novo papel, adquirindo um novo estatuto. Ou seja, os livros-atas de registro de visitas não terão valor apenas para registrar a presença de público nas exposições, mas assumirão um importante espaço no conjunto de bens com interesse arquivístico para o museu. Esse processo não se constrói simplesmente por um ato administrativo ou com base em documentos legais que visam assegurar a legitimidade da sua preservação física, ou mesmo por um ato individual, mas por uma série de medidas técnicas, de pesquisa e institucionais. Esse tipo de ação integrada, por sua vez, colocada em prática poderá forjar uma nova dinâmica nas instituições brasileiras.

Abaixo, apresentamos uma breve discussão teórica sobre a importância dos livros de registro de visitas; em seguida, a partir do diagnóstico realizado no MHSC a relevância do acervo arquivístico para uma melhor compreensão da instituição, na definição de metas e na proposição de novas ações.

Diagnóstico museológico: questões conceituais

De acordo com o artigo 21 do Estatuto de Museus, de 2009, "os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos"¹⁴. Neste sentido, é importante ressaltar, que compete ao MHSC promover a preservação dos seus livros de registros e outros documentos que porventura se enquadrem nas recomendações das normativas supramencionadas.

Um dos aspectos que nortearam a realização do diagnóstico dos livros de registro de visitas no MHSC foi a adoção do conceito de público para definir os visitantes dessa instituição. A utilização da terminologia resulta da identificação de mais de um perfil de visitante – das exposições de curta duração, das oficinas, das escolas, o público infantil –, demonstrando, portanto, a valorização da experiência da visita na sua diversidade. Quanto mais a instituição conhecer seu(s) público(s), mais estará focada e maior poder de diálogo possuirá. Sabemos que a adoção da terminologia “público” geralmente é aplicada à pesquisa de recepção de público. Apesar de não ser esse nosso propósito inicial, compreendemos que a análise das informações coletadas nos livros de registro de visitas subsidiará a elaboração de

¹⁴ BRASIL. Poder Legislativo. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 6 abr. 2016.

um constructo, o qual permitirá projeções sobre o universo dos públicos do MHSC, de 1979 a 2014.

A adoção da definição de públicos também levará em consideração as discussões travadas no âmbito das reuniões do Plano Museológico, em especial, do Regimento Interno. Desde 2014, a instituição sentiu a necessidade de alargar o conceito de público, dada a heterogeneidade de seus visitantes e por ofertar serviços de natureza distinta. As instituições museológicas discutem a importância da comunicação com o público, pois sabem que a sociedade é a peça motriz para os museus, é o que lhes confere sentido e substrato para um constante fazer-se.

Comunicar, segundo Cury¹⁵, significa levar o público para dentro do museu e estimulá-lo a refletir, interpretar e negociar com os profissionais de museu sobre o significado do patrimônio cultural. A realização de um diagnóstico possibilita, entre outros elementos, uma postura mais assertiva do museu no quesito comunicação.

Na próxima seção, apresentaremos o diagnóstico dos livros de registro de visitas do MHSC, entre os anos de 1979 a 2014. Antes disso, todavia, cabe abordar o conceito de diagnóstico utilizado por nós. Diagnóstico ou inventário documental, de acordo com Hoffman¹⁶, é a análise e a descrição de documentos pertencentes a determinadas áreas. Segundo a definição acima, o trabalho deve ser realizado utilizando tabelas de classificação e temporalidade, quando já existentes, ou, como no nosso caso, o produto do presente trabalho fornece os dados para a criação das respectivas tabelas, ou tabelas futuras.

Já Manuelina Cândido¹⁷ discute o diagnóstico como uma metodologia aplicada a instituições museológicas. Os aportes teóricos da autora, dirigidos às instituições museais, permitem-nos pensar sua aplicabilidade aos bens de natureza arquivística. De acordo com Cândido:

O diagnóstico museológico é uma estratégia metodológica que objetiva a identificação e apreensão das potencialidades museológicas de um território ou de uma instituição, a fim de perceber as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio

¹⁵ CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. **Revista CPC** - Centro de Preservação Patrimonial, São Paulo, n°3, nov. 2006/abr. 2007. Disponível em: www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15598/17172. Acesso em: 17 mai. 2015.

¹⁶ HOFFMAN, Elisabeth. **Metodologia para Gestão Corporativa de Documentos**. Curitiba: Celepar Informática do Paraná, 2010.

¹⁷ CÂNDIDO, Manuelina Duarte. Diagnóstico Museológico: abordagens e práticas no Museu de Imagem e Som do Ceará. **Caderno do CEOM**, ano 22, n. 31, 2009.

valorizadas e selecionadas para preservação e as lacunas existentes. Assim, constitui um instrumento de democratização, pois considera iniciativas formuladas anteriormente ou fora da instituição. E é, acima de tudo, uma ferramenta básica para o planejamento institucional em longo prazo, pois permite conceber uma programação museológica mais condizente com a realidade em questão e que leve em consideração a necessária continuidade.¹⁸

Dentro dessa perspectiva, realizamos o arrolamento dos livros e a identificação da ocorrência, da periodicidade e do formato dos registros. As informações obtidas foram registradas em um quadro. A elaboração desse quadro levou em consideração: a identificação dos livros de registro de exposição de longa duração, exposição de curta duração ou registro misto (composto por ambas as exposições); período; existência ou não de termo de abertura; perfil do visitante; estado de conservação do livro, número de visitantes; e um item destinado a observação geral, com o objetivo de sistematizar e agrupar o conjunto de informações disponibilizadas nos livros de registro de visitas do MHSC.

O diagnóstico dos livros de registro de visitas do MHSC

Os livros de registro de visitas foram encontrados em cinco locais. São eles: na Biblioteca Setorial; no arquivo da Secretaria; no Núcleo de Ação Educativa; no Núcleo de Museologia, esses últimos oriundos da FCC e, na área expositiva do museu, o qual permaneceu em uso durante o ano de 2015¹⁹. A pulverização dos livros pela instituição e fora dela, demonstra que não existia uma preocupação em sistematizar e preservar o conjunto de informações.

Nesse processo, identificamos quatro tipos de livros, definidos pela natureza da exposição e pelo perfil do público. São eles: livros de registro de exposição de longa e curta duração (misto); livros de registro de exposição de longa duração; livros de registro de exposição de curta duração; e, finalmente, os livros de agendamento de visitas de escolas. O material levantado e analisado resultou nos seguintes livros de registro: dois mistos (comportam exposições de longa e curta duração); 23 de exposições de longa duração; 20 de exposições de curta duração e cinco de visitas de escolas.

No Livro nº 1 (misto), encontramos o Termo de Abertura e a ata da Cerimônia de Inauguração do MHSC, realizada no dia 2 de março de 1979. Esse livro não

¹⁸ Op. cit., p. 129.

¹⁹ Os dados coletados para a contagem geral do público foram até da data de 31/12/2014.

possui uma cronologia, já que se divide entre o registro geral de visitas e as exposições de curta duração, referentes aos anos de 1979 a 1985. Foram identificadas sete exposições de curta duração nesse documento. Observamos que o registro alternava entre o preenchimento de nome e data de visitação ou nome, data de visitação e profissão do público. O segundo livro misto encontrado, de período mais recente (2009), também comporta os dois registros, de longa e curta duração. Foi contabilizado um total de 14 exposições de curta duração nesse livro.

Foram localizados, identificados e renumerados 23 livros de registro de exposição de longa duração. A partir do ano de 1992, consta o registro de público nos livros praticamente sem interrupções. Antes disso, no entanto, observamos as seguintes lacunas: de 1983 a 1986, de 1987 a 1989 e de 1990 a 1992. Também identificamos um pequeno intervalo sem registro entre dezembro de 1986 e fevereiro de 1987 e a abertura de um livro em fevereiro de 1989, cujo registro encontra-se circunscrito neste único mês. Um novo livro foi reaberto no dia 5 de novembro de 1989, perfazendo um total de dez meses sem registro durante o ano de 1989.

Ao longo desse levantamento, encontramos 12 diferentes formas de preenchimento dos campos solicitados nos livros de registro de visitas nas exposições de longa duração. Do conjunto de livros de registro de exposições de longa duração, 13 são dotados do Termo de Abertura. Trata-se de uma apresentação do livro – a qual deve conter folhas numeradas, o nome da instituição, a data de abertura, a rubrica do responsável e a finalidade do livro, neste caso, destinado ao registro de visitas.

Os livros caracterizam-se por distintos tamanhos e números diferentes de páginas, a maioria em formato de livros atas. Como já havíamos mencionado, não existe uma padronização nos campos solicitados para o preenchimento. Dentre estes, o mais utilizado nas exposições de longa duração é o que solicita o preenchimento de um número, o nome do visitante, a cidade de procedência, a data de visitação e a profissão. Identificamos dez livros que apresentam esse mesmo formato de registro, compreendendo os anos de 1986 a 2001. Trata-se de um intervalo de 15 anos cujo padrão de registro é mantido, atravessando, assim, quatro administrações do MHSC – da gestão da Jessy Cherem (1977-1987) à de Andréa Marques Dal Grande (1999-2002).

O segundo modo de registro que mais figura no diagnóstico é o que solicita o número, data de visitação, nome do visitante, profissão, cidade e estado de

procedência e escolaridade. Este campo de preenchimento aparecerá pela primeira vez no ano de 2004 e será mantido até os dias atuais, totalizando sete livros. Através desse mapeamento é possível pensar o dinamismo da instituição e o grau de ressonância estabelecida com a sociedade, a partir do conhecimento do público aproximado da instituição.

Outro aspecto que levamos em consideração na análise dos livros de registro mistos e das exposições de longa duração, foi o grau de conservação apresentado. Para isso, utilizamos os conceitos de bom, regular e ruim. Dentre os 25 livros, 11 foram classificados como “regular”; nove deles como “bom” e cinco enquadrados como “ruim”. Nos livros classificados como ruins, encontramos marcas de acidez, sujidade, rasuras, vandalismo, oxidação, folhas soltas e rasgadas e dobras.

Os livros de registro de exposição de curta duração, por sua vez, não possuem um padrão no preenchimento. Encontramos livros elaborados, exclusivamente, para o registro de uma única exposição, com identificação na capa; em outros, são agrupadas informações de várias exposições até a utilização completa do livro; e, ainda, há aqueles que possuem apenas o registro de algumas exposições, restando folhas em branco no livro. Nos livros de registro de exposições de curta duração contabilizamos 14 tipos de cabeçalho para o preenchimento dos registros de visitas. A forma mais utilizada é a que contém o número de identificação, o nome do visitante, a cidade de procedência e a data de visitação.

Durante o diagnóstico dos livros de registro de visitas a exposições de curta duração, realizamos o levantamento das exposições que foram realizadas na (pela) instituição. Confeccionamos uma tabela contendo o nome das exposições, o ano de realização, o período de visitação, o público, os artistas e/ou curadores responsáveis e a tipologia das exposições²⁰. Essa atividade, apesar de originalmente não estar vinculada aos objetivos do estágio curricular, demonstrou-se fundamental para uma leitura mais fidedigna do perfil da instituição, através das reflexões suscitadas na análise individual e no seu conjunto das exposições de curta duração sediadas no MHSC ou realizadas pelo próprio museu²¹.

No registro dos livros de visitação de escolas, encontramos exclusivamente o agendamento para visitas das escolas. Consta o efetivo registro a partir do ano de

²⁰ Por limitação de espaço não foi possível a inclusão do quadro resultante deste levantamento.

²¹ Realizamos a checagem das informações, em muitos casos, confrontando a informação contida no livro com a informação disponível em outro suporte, como por exemplo, o convite da exposição.

1991, todavia, não sabemos se o procedimento era adotado pela instituição em anos anteriores. Encontramos livros que compreendem os anos de 1991 a 1995; 1999 a 2004; 2004 a 2011 e 2011 a 2013. Referente aos anos de 1996 e 1997 existe um conjunto de folhas agrupadas, que seguiam o mesmo padrão de agendamento.

Diferentemente dos demais, nos livros de registro das escolas não analisamos todos os campos de preenchimento, pois isso resultaria em uma nova investigação a respeito das escolas – sua natureza (pública ou privada); o percentual de alunos do ensino fundamental, médio e superior; as temáticas mais visitadas, entre outros temas subjacentes que poderiam ser abordados. Dentre os itens analisados nos livros de registro, dedicamos especial atenção à contagem do público. Em muitos livros, foi necessário realizar a contagem individual, pois não existia o campo disponível para a numeração. Optamos por apresentar os números encontrados de duas maneiras – de acordo com a natureza do livro e distribuídos nos respectivos anos estudados, fornecendo uma visão mais aproximada da dinâmica do museu. Abaixo, a figura apresenta o público encontrado nos livros de registro de exposições de longa e curta duração e de visitas de escolas nos anos analisados.

Figura 1- Público encontrado nos livros de registros referentes aos anos de 1979 a 2014.

ANO	PÚBLICOS			Total/ano
	Longa duração	Curta duração	Visitas de escolas	
1979	4412	1455	----	5867
1980	13070	1802	----	14872
1981	12075	383	----	12458
1982	8297	----	----	8297
1983	----	1871	----	1871
1984	982	1678	----	2660
1985	----	550	----	550
1986	12331	----	----	12331
1987	6367	----	----	6367
1988	----	----	----	----
1989	20350	----	----	20350
1990	5247	----	----	5247
1991	----	----	4993	4993
1992	4223	11827	6673	22723
1993	16535	10073	7481	34089
1994	12527	5529	6911	24967
1995	4862	7114	11521	23497
1996	8927	4723	7016	20666
1997	8018	4218	7578	19814
1998	5436	429	----	5865
1999	7878	514	10584	18976
2000	5916	437	7428	13781
2001	2397	144	4925	7466
2002	9217	----	13425	22642
2003	9507	3569	14044	27120
2004	5874	3728	12104	21706
2005	4652	4073	13671	22396
2006	4980	5799	12633	23412
2007	6852	5517	13788	26157
2008	6665	5638	12428	24731
2009	6070	9103	11388	26561
2010	9346	11903	9901	31150
2011	8353	2382	13678	24413
2012	10386	3088	12727	26201
2013	7548	8371	10996	26915
2014	15634	9109	9883	34401
Total Parcial	264.934	125.027	235.776	
TOTAL				625.737

Fonte: elaborado por Rose Elke Debiasi.

Nos quadros elaborados para o relatório de estágio²², a contagem do público dos livros de registro de exposições de longa duração e de visitas de escolas foi apresentada de acordo com a cronologia dos próprios livros, portanto, não ficaram circunscritas aos anos analisados durante o estágio curricular. Quanto às exposições de curta duração, optamos por contabilizar o público registrado em cada uma das exposições²³. Para a confecção do quadro acima, realizamos o cálculo de forma fracionada, com o objetivo de identificar o ano de maior visitação. O ano que contou com o maior público foi 2014²⁴, com 34.401 visitantes, seguido do ano de 1993 com 34.089.

Para os propósitos desse artigo, nosso objetivo é apresentar o número de público encontrado no conjunto de livros de registro de visitas do MHSC. Ciente, todavia, que as informações coletadas permitirão uma leitura acurada das tipologias das exposições de curta duração *versus* o número de público, as ações da administração do museu e os desdobramentos no número de público, o perfil do público estudantil, dando-nos uma ideia do nível de interlocução estabelecida com a população em cada período.

Algumas considerações

Por meio do diagnóstico dos livros de registro de visitas e da construção do Plano Museológico do MHSC, identificamos que a instituição incumbida de apresentar a história política catarinense expõe certo ecletismo, sobretudo com relação às exposições de curta duração. Estas revelam um relativo distanciamento da proposta inicial, sem abandoná-la por completo. Ou seja, a história política fica restrita à realização de eventuais exposições. Por outro lado, muitas temáticas estão relacionadas com a edificação que a instituição ocupa desde 1986, chamado de Palácio Cruz e Sousa, antiga sede do Poder Executivo do Estado.

Desde o início das discussões do Plano Museológico do MHSC, identificou-se que o museu é recorrentemente associado a outros elementos, como sua sede (Palácio Cruz e Sousa). Ou seja, a imagem, o papel e a missão do museu precisam

²² DEBIASI, Rose Elke. Diagnóstico dos livros de registro de visitas do Museu Histórico de Santa Catarina (1979-2014). **Relatório Final de Estágio Curricular em Museologia**. Florianópolis, 2015.

²³ Devido à limitação do número de páginas, a coleta de dados foi sistematizada em um único quadro para a versão ora apresentada.

²⁴ Os números apresentados referentes ao ano de 2014 podem diferir das informações divulgadas pelo MHSC sobre seu público. A questão justifica-se pelo fato de o MHSC adotar, a partir do último ano, uma concepção de público não restrita aos livros de registro; e devido à instalação da catraca eletrônica em abril de 2014.

ser rediscutidos e fortalecidos na cena catarinense. Nesse sentido, compreendemos que o diagnóstico dos livros de registro de visitas do MHSC contribuirá para a valorização, a maior visibilidade e o reconhecimento da instituição. Ao se apresentar o número do público e sua dinâmica, o período e as tipologias das exposições, a quantidade de visitação recebida e outros indicadores contribuem-se para que o museu repense sobre o seu papel como agente transformador e fonte de questionamento.

Salientamos, ainda, que a Resolução Normativa nº 2 do Ibram de 2014 por si só não resolve o problema da preservação dos documentos entendidos como acervos arquivísticos, no entanto auxilia na classificação deles. Evidentemente, cada instituição museológica deverá elaborar e aplicar a sua Política de Aquisição e Descartes de Acervos. A normativa proposta pelo Ibram, nesse sentido, contribui para se perceber quão importante é o trabalho interdisciplinar em instituições museológicas, articulando as áreas de Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia para se pensar a melhor forma de organizar e preservar os acervos de um museu, qualificando, assim, a atuação da instituição tanto na pesquisa desses bens culturais quanto na oferta desse serviço à sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 1º set. 2014, p. 14-15. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2014/Set/1/resolucao-normativa-no-2-de-29-de-agosto-de-2014>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

_____. Poder Legislativo. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 18 out. 2013, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm>. Acesso em: 6 abr. 2016.

_____. Poder Legislativo. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, [recurso eletrônico]. Brasília, DF, 15 jan. 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 6 abr. 2016.

CÂNDIDO, Manuelina Duarte. **Diagnóstico Museológico: abordagens e práticas no Museu de Imagem e Som do Ceará**. Caderno do CEOM, ano 22, n. 31, 2009.

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. **Revista CPC - Centro de Preservação Patrimonial**, São Paulo, n.3, nov. 2006/abr. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15598/17172>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

DEBIASI, Rose Elke. **Diagnóstico dos livros de registro de visitas do Museu Histórico de Santa Catarina (1979-2014)**. Relatório Final de Estágio Curricular em Museologia. Florianópolis, 2015.

HOFFMAN, Elisabeth. **Metodologia para gestão corporativa de documentos**. Curitiba: Celepar Informática do Paraná, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, **Museus em números**. Brasília, DF, 2011. 2 v.

JULIÃO, Letícia. Pesquisa histórica no museu. Sistema Brasileiro de Museus. Publicações impressas e eletrônicas. **Cadernos de Diretrizes e bases** [online], 2006, p. 92-106.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA (MHSC). **Plano Museológico 2015-2018**. Florianópolis. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0Bz0tI48ICBFFR01KZ0xKNWdtUWM/view>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Política de Aquisição e Descartes de Acervos do Museu Histórico de Santa Catarina**. Florianópolis, 2015. Elaborado pelo Grupo de Trabalho para Elaboração do Plano Museológico do Museu Histórico de Santa Catarina (GTPM/MHSC). Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc//arquivosSGC/DOWN_173044Politica_de_Aquisicao_e_Descartes_do_MHSC.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

_____. Portaria nº 28, de 21 de julho de 2015. Aprova o Regimento Interno do Museu Histórico de Santa Catarina. **Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina]**, [recurso eletrônico]. Florianópolis, 22 jul. 2015. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc//arquivosSGC/DOWN_155853Regimento_Interno_do_MHSC__22_07_2015.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2016.

SANTA CATARINA. **Relatório final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina**. Florianópolis, 1977.